

AOS DIRETORES DA FENAJ AOS MEMBROS DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

ASSUNTO:

RESPOSTA ÀS PROPOSTAS DO DIRETOR PAULINO MOTTER QUANTO ÀS INDICAÇÕES DA FENAJ PARA O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, POR UMA POSIÇÃO "CONSEQÜENTE E SENSATA" DA FENAJ

Foi com alguma surpresa que tomei conhecimento da correspondência que o Tesoureiro da Fenaj, Paulino Motter, com proposta de posicionamento da diretoria em relação à disputa do Conselho de Comunicação Social.

Com uma abordagem ferina, como tem se mostrado do seu feitio, Paulino propõe a revogação de acordos firmados, no interior da Diretoria e desta com outras instituições da sociedade civil, por três gestões consecutivas da Fenaj.

Excluindo todo um histórico - que merece alguns reparos, mais adiante registrados - e excluindo alguns "volteios" dados até chegar ao cerne da questão, as posições de Paulino são surpreendentemente vergonhosas e desabonadoras para a Fenaj, senão vejamos:

a) propõe que a Fenaj abdique de indicar para o Congresso Nacional de fazer suas indicações para o Conselho de Comunicação Social e apresente uma lista sêxtupla (a exemplo das indicações para Reitor das Universidades Federais durante o Regime Militar) e deixe que o Congresso faça sua própria escolha na lista apresentada; observe-se que este procedimento não foi definido como obrigatório, pelo Congresso, que pediu "até" três indicações para titular e suplente: Paulino quer que este gesto de subserviência seja uma opção da Fenaj;

b) defende que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação rompa o acordo firmado pelo Fórum com o empresariado de comunicação, descomprometendo-se com a nominata apresentada para a composição do Conselho; Paulino acredita ter nobres motivos para esta postura desonrosa: entende que "fazem parte da nominata pessoas que não têm a menor qualificação, nem moral e nem intelectual, para integrar o CCS ou qualquer órgão sério"; com este paradoxal modo de afirmar nossa "superioridade moral",

Paulino acha que "ao rejeitar tais indicações, o Congresso estaria prestando um grande serviço" e pretende que a Fenaj colabore com isso.

Além destas duas esdrúxulas posições Paulino tem uma terceira intenção que não teve a coragem de explicitar, a exemplo do que fez na reunião da Executiva da Fenaj, realizada em Brasília no dia X de setembro. Paulino pretende que o Diretor de Relações Institucionais, signatário desta carta, "não receba mais tribunas" para defender suas idéias. A intenção de Paulino é evidente numa leitura um pouco mais atenta da carta, embora seja disfarçada com a afirmação de que a indicação deste diretor e seu suplente deve ser mantida (mas misturada com outras quatro indicações). Ora, a multiplicidade de indicações para as nossas vagas no Conselho, embora empurre a Fenaj para um servilismo diante do Estado sem precedentes nas últimas décadas, é uma manobra que chega a ser infantil nos seus propósitos de deixar imprecisa a indicação da Fenaj para que os favoráveis à indicação do nome "c" e "d" (mas contra os nomes "a" e "b") possam fazer suas articulações de bastidor. Talvez Paulino acredite que um nome conhecido em Brasília ou um ex-genro de senador tenha mais chance. É um direito seu. Mas não é possível aceitar, além do servilismo, a vileza das atitudes que esta forma de indicação até estimula.

Gostaria de responder a estas duas propostas de Paulino e, também, a intenção subjacente na sua correspondência, de excluir este Diretor da da Fenaj, signatário desta, mas peço paciência para um relato preliminar, que ajuda a explicar as motivações de Paulino e de outros membros das Executiva que, infelizmente, não estão explicitando com tanta clareza suas posições em disputas que estão se processando no interior da Diretoria.

O "GRUPO PALACIANO"

Desde o início da gestão passada, a expressão "grupo palaciano", que incomodou alguns, surgiu para designar uma prática verificada na Diretoria. Acredito que esta seja primeira vez que esta expressão é escrita, para designar algo referente à Fenaj. Na verdade, quem a utilizava - e o signatário foi um deles - nunca foi usada com contundência ou em tom de denúncia política. Era utilizada, isto sim, como um elemento de crítica, introduzindo um traço jocoso na crítica fraterna e franca, como se costuma a fazer a companheiros, a práticas que, em nossa interpretação, não favoreciam a democracia interna da Fenaj.

Por "grupo palaciano" designávamos os integrantes do grupo que participava das decisões de rotina da Diretoria da Fenaj e tinha acesso privilegiado às informações, apenas "por estar em Brasília". Esta situação era agravada pela pouca periodicidade das reuniões de Diretoria e pela extrema limitação dos meios de circulação da informação.

Nunca percebemos manobras sórdidas, práticas manipulatórias ou atitudes oportunistas decorrentes desta forma de decidir. Caso tivéssemos percebido, teríamos enfrentado. Mas não considerávamos adequado que importantes decisões e encaminhamentos fossem tomados por pessoas que tinham como "mérito" estar fisicamente em Brasília. Também vale ressaltar que qualquer outro diretor, não residente em Brasília, caso estivesse lá, poderia participar sem restrições destas reuniões. O erro que identificávamos - além de alguns problemas decorrentes da falta de representatividade no encaminhamento do processo de decisão - era a inexistência de vontade política para viabilizar um processo de tomada de decisão mais democrático. A "agilidade" nas decisões, necessária numa entidade como a Fenaj, não justificava a aceitação passiva da situação de esvaziamento "de fato" do conjunto da diretoria.

Esta situação começou a mudar no encaminhamento do processo sucessório, quando o "grupo palaciano" começou a manobrar para construir alternativas para a presidência e para a composição da diretoria, de forma velada e sem compartilhar as reais intenções com o restante da diretoria.

Não vamos nos deter nos detalhes da demonstração destes procedimentos mas não creio que seja incorreto dizer que diversos membros da diretoria foram excluídos destas articulações. A "proximidade geográfica", então, passou a ser complementada por uma "proximidade política" orientada para a exclusão.

Diante deste quadro e antes que fossem impostas situações de fato, participei, junto com diversos companheiros, de uma mobilização em defesa de um processo aberto para a montagem da chapa. A resistência de determinados companheiros forçou um endurecimento e, posteriormente, uma exigência de que a composição da chapa representasse, sobretudo na Executiva, um equilíbrio nos "brasilienses" e nos de fora e, também, entre os que "aceitavam as práticas anteriores" e os que defendiam um processo

mais aberto. O "grupo palaciano" usava desta sua condição para suas articulações e para promover a exclusão ou, para ser mais preciso, para a delimitações "adversários" a determinados espaços na chapa.

A pretensão do "grupo palaciano" de fazer valer uma determinada distribuição de cargos, inclusive nas entidades internacionais em que a Fenaj se insere, sem a necessária discussão. Esta situação provocou um acirramento de ânimos e os episódios que se sucederam na convenção realizada no dia X, em Brasília. Os fatos desta reunião ajudam a explicar as disputas que estão se verificando na Diretoria e as posições do Tesoureiro Paulino Motter.

A definição da permanência de Américo Antunes na cabeça da chapa foi "um parto". As manobras do "grupo palaciano" haviam deixado, por muito tempo, a suspeita de havia um acordo para Américo assumir a presidência e depois passar o cargo para Beto Almeida, que seria vice-presidente, com a justificativa de assumir um cargo internacional ou uma candidatura a deputado. Até hoje não temos certeza se o projeto era realmente este, mas o estreitamento do debate do processo sucessório e diversas evidências autorizavam esta suspeita.

Na convenção do dia X, em Brasília, postulei, acompanhando a posição de diversos companheiros, que a vice-presidência devia ser ocupada por Everaldo Gouveia, tanto pela inquestionável representatividade de São Paulo, como também pelo fato de ser alguém "de fora de Brasília" e que tanto se mostrava neutro nas polêmicas herdadas da gestão anterior, como se dispunha a cooperar com uma abertura dos processos de decisão.

Everaldo pode confirmar que não houve articulação prévia a esta reunião e que nada lhe foi pedido em troca deste apoio. Everaldo, inclusive, aceitava outro cargo na diretoria, mas o signatário foi um dos que insistiu, junto com outros companheiros, para que ele fosse levado à vice-presidência, como garantia de um equilíbrio e estabelecimento de novos procedimentos no seio da Executiva.

O acirramento em torno desta questão central tumultuou toda a montagem da chapa. Na Diretoria de Relações Institucionais tivemos um problema que se mostrou sintomático. Em caráter pessoal, nas semanas que antecederam a montagem da chapa, comecei a

defender a inclusão, como vice-diretor de Relações Institucionais, de um jovem de São Paulo, Juliano de Carvalho, recém formado, muito articulado, capaz e promissor, que havia provado seu valor como dirigente da Enecos e que estava disposto a mudar-se para Brasília, onde dedicaria a maior parte do seu tempo para o exercício destas funções na Fenaj. Esta seria uma forma de, digamos assim, "profissionalizar o departamento", aproveitando a disponibilidade de alguém que estaria disposto a trabalhar apenas para assegurar sua subsistência e a dedicar a maior parte do seu tempo à Fenaj. Não houve segredo em torno desta proposta e, alguns dias antes da convenção do dia X, informei o presidente Américo Antunes desta intenção, que concordou e apoiou a iniciativa.

Na reunião do dia X, entretanto, mal havia sido feita esta proposta aos participantes, o "grupo palaciano" apresentou a proposta de incluir o professor Venício Artur de Lima, da Universidade de Brasília, como vice-diretor de Relações Institucionais. Tomamos conhecimento desta proposta em plena reunião, sem que nada nos fosse comunicado antes. Era uma manobra bem do tipo que condenamos, no grupo palaciano.

A situação ficou constrangedora, foi não havia termo de comparação nas duas propostas. Juliano, embora recém formado, é uma liderança e um talento emergente, e seria uma solução "operacional" uma aposta na composição da chapa. Já Venício, é um experiente professor, com pós-doutorado, respeitado por sua produção acadêmica, um nome com trânsito em diversas áreas. Particularmente, achei até pouco postular a inclusão de Venício como vice-diretor. Podíamos até ter pensado em outra função para Venício, o que não fizemos por não saber da sua disposição de participação numa entidade sindical. Ou seja, o "grupo palaciano" encaminhou a proposta do nome de Venício sem sequer fazer uma consulta à pessoa que todos sabiam que seria proposta para recondução na diretoria de Relações Institucionais.

Não havia termo de comparação entre Juliano e Venício. Em nenhum momento fizemos isto. Manifestamos aos companheiros da conversão, inclusive, nosso constrangimento com a situação criada pelo "grupo palaciano" e indentificamos esta situação como exemplo do que discordávamos nas práticas do grupo.

A situação foi suavizada com a confirmação, alguns minutos depois destas postulações, de que Juliano não poderia integrar a chapa por não ter sido concluído seu processo de sindicalização em São Paulo.

As dificuldades passaram a ser de outra ordem. Começaram a surgir outras dificuldades para além da Executiva. Para aliviar as tensões na montagem da Executiva, o "grupo palaciano" negociou com Chico Sant'Anna a ocupação da Diretoria de Relações Institucionais que, até então, estava destinada para Beth Costa. Além da solução para a Executiva, retaliava-se para cima da Beth Costa, que sempre mostrou-se muito crítica em relação às práticas do "grupo palaciano" que começou a cogitar, abertamente, na simples exclusão da Beth Costa. Paulino Motter, sempre escalado como "tropa de choque" do "grupo palaciano" chegava a defender, abertamente, a exclusão da Beth Costa que, para ele, havia perdido o Sindicato e "não representava mais nada no Rio de Janeiro".

Mais adiante, optamos por acolher a Beth Costa na vice-diretoria de Relações Institucionais, por sua qualificação, experiência na área e por não dever, de forma alguma, ficar de fora da chapa. Ninguém voltou a lembrar de Venício Artur de Lima para qualquer cargo na Diretoria, nem pr nós, nem pelo "grupo palaciano", fundamentalmente em função dos ajustes na composição da Diretoria. Venício foi localizado na Comissão de Ética e só não pode ser aproveitado porque não tinha o tempo de sindicalização necessária.

Infelizmente, tivemos a ingrata surpresa de saber - e os relatos a respeito são fartos, claros e circunstanciados para tirar, sem sombra de dúvida, os fatos do terreno da "fofoca" - de que o ex-diretor da Fenaj, Salomão Amorim, saiu espalhando que este signatário teria dispendido esforço e feito manobras para impedir que Venício fosse diretor de Relações Institucionais. Esse tipo de versão também foi espalhado por Paulino Motter.

Estes relatos, tristemente deformados e distoantes da realidade dos fatos incomodarão muito a Venício. A irritação de Venício foi capitalizada, mais adiante, para outro processo de ataque ao signatário. Cavocando no passado, o "grupo palaciano" encontrou um texto do signatário, considerado "herético". Trata-se da transcrição de um debate realizado na Unicamp, onde o signatário teria feito uma "apologia dos monopólios".

Este texto contendo supostas "heresias" motivou um violentíssimo artigo de Venício e outro professor, Roberto Amaral Vieira, do Rio de Janeiro, com ataques que transcendem o campo das idéias e se voltam para a pessoa do signatário, que é desqualificado política e moralmente. Na "crise artificial" produzida por este artigo de Venício e Amaral, o "grupo palaciano", mais especificamente representado pelas ações de Beto Almeida e Paulino Motter, tentaram abrir um "inquérito" na Executiva, com o propósito de desautorizar publicamente o signatária, manifestando concordância com os termos ofensivos e difamatórios daquele artigo.

A tentativa de "reedição dos processos de Moscou" empreendida pelo "grupo palaciano" ainda não chegou a um desfecho pois ainda não houve posição final da Executiva. Trata-se, portanto, de um debate que será levado ao conjunto da diretoria. Antecipo, desde já, que as posições denunciadas como "heréticas" e "apologéticas dos monopólio", embora não tivesse sido assumidas em nome da Fenaj ou atribuídas à Fenaj, são coerentes e compatíveis com as posições políticas que vem sendo assumidas pela Fenaj e com o programa do Fórum (que, lembre-se, foi elaborado pela Fenaj). Deixemos, entretanto, que o mérito desta polêmica seja apreciado pela diretoria, mais adiante, quando todas as posições forem explicitadas em detalhe. Não podemos deixar de manifestar nossa inconformidade com o ar de "caça às bruxas" que o "grupo palaciano" tenta emprestar à polêmica que, no plano das idéias, é saudável e necessária para a vitalidade política da entidade. Também adiantamos que este tipo de tentativa de intimidação não terá efeito sobre minha atuação ou minhas posições. A disciplina no encaminhamento das posições coletivas, que sempre marcou minha atuação, não será transformada em submissão a palavras de ordem e tentativas de "ganhar no grito" na disputa legítima pela definição das posições da Fenaj.

Gostaria de esclarecer, também, que desde a convenção do dia X, deixei de usar a expressão "grupo palaciano", como manifestação de boa vontade política, e por solicitação do companheiro Beto Almeida, que declarou-se agastado como o uso da expressão. O abandono do uso desta expressão prolongou-se até a reunião da Executiva da Fenaj, para a qual fui intimado, por escrito, para prestar esclarecimentos sobre as "posições heréticas", como já fui referido. Desde esta reunião, para mim ficou claro que o "grupo palaciano"

voltou a existir e hoje não é mais um resultado de uma contingência geográfica, mas um "grupo político" que articula para promover a exclusão de companheiros e está estimulando a desagregação da diretoria. Paulino Motter, mais uma vez, está se prestando a ser "tropa de choque" do "grupo palaciano", não tendo pudor em assumir posições que outros preferem não declinar, como a proposta de excluir o signatário da representação da Fenaj no Fórum, que ocupa a função de Coordenador Geral, e da indicação para o Conselho de Comunicação Social.

É neste "caldo de cultura", onde se misturam diferenças políticas e ressentimentos de montagem de chapa, que surgem as posições arrevesadas de Paulino Motter que talvez fossem simplesmente consideradas ridículas para a imagem pública da Fenaj, caso não fossem contextualizadas devidamente e identificadas com suas reais motivações.

Despidas das suas mesquinhas, as posições de Paulino Motter revelam toda a sua inconsistência. Vamos a elas.

A DEFESA DA SUBSERVIÊNCIA DA FENAJ

No dia X, recebi, por escrito, assinado pelo Tesoureiro Paulino Motter, a informação de que a Executiva da Fenaj havia decidido remeter a decisão sobre as indicações da Fenaj para a reunião do Conselho Deliberativo de X de outubro, manifestei ao mesmo a convicção de que esta iniciativa era imprópria e incompatível com acordos firmados ao longo de três gestões consecutivas.

Ou seja, para que não pare nenhuma sombra de dúvida: não está em discussão quais serão as indicações da Fenaj para o Conselho. O tempo de questionar estas indicações já passou. Aliás, o assunto já transcendeu a esfera da Fenaj e, até mesmo, transcendeu a esfera do Fórum: já firmamos um acordo com o empresariado em cima de uma nominata.

O momento é de implementar o acordo firmado com o empresariado em defesa conjunta da nominata de composição do Conselho.

Disse, ao Paulino, que defenderia no Fórum as deliberações já tomadas pela Fenaj e que a única posição a tomar era postular que cada entidade do Fórum apresentasse a

indicação de um titular e um suplente e, ao mesmo tempo, apresentasse a defesa da chapa como um todo. O mesmo procedimento seria cobrado das entidades empresariais.

O Paulino contra-argumentou com algumas elementos da proposta que fez por escrito. Ponderei a ele sobre o desastre que seria deixar a decisão para o final do mês, deixando tudo em suspenso quando, na verdade, a única posição que nos interessa, como Fenaj e como Fórum, é comandar o processo, especialmente no que diz respeito ao empresariado. Isto é, quem tem “vontade” de implantar o Conselho somos nós. O empresariado não tem vontade. O empresariado está engolindo o Conselho em função do conjunto de circunstâncias que nós criamos. Na medida em que se sentir desobrigado do acordo, o empresariado fará o óbvio: vai chutar o Conselho para o espaço.

O mais patético na posição de Paulino é que o Congresso não exige a indicação de uma lista sêxtupla, apenas a sugere, pois fala em “até” seis indicações. Esta indicação múltipla é um gesto da vontade de Paulino. Mas porque Paulino quer fazer uma lista sêxtupla:

- λ porque existiriam resistências de parlamentares a alguns nomes;
- λ para dar “oportunidade de escolha” e amenizar as reações daqueles parlamentares que “até hoje impediram a instalação” do Conselho;
- λ deixar que o Congresso escolha os nomes para se alcançar “uma composição autêntica e representativa”.

O cúmulo da incoerência é que o próprio Paulino faz questão demonstrar o corporativismo do Congresso e a expressiva presença de uma bancada de concessionários de radiodifusão e é nas mãos deste Congresso que Paulino quer colocar a decisão sobre os nomes indicados pela Fenaj. Sem que o Congresso exija, Paulino quer que a Fenaj abdique da decisão sobre a indicação e deixe que o Congresso decida pela Fenaj.

Paulino mostra-se muito impressionado com as resistências ao Conselho e acha que “não podemos insistir numa estratégia que não tem conduzido ao nosso objetivo”.

Talvez se Paulino tivesse acompanhado de perto tudo o que precedeu a atual conjuntura ou tivesse mais boa vontade para avaliar a experiência vivida pela própria

instituição que hoje ele dirige, então poderia perceber que o Conselho está prestes a ser criado “apesar do Congresso”, “apesar do empresariado de comunicação”, “apesar do Executivo” e apesar de resistências dentro do próprio Fórum.

O Conselho só está na “embocadura” porque tanto nossa estratégia, como nossa tática deram certo.

O Paulino deve deixar de ser tão “impressionista” e perceber a trajetória desta disputa, ao invés de se assustar com o “arreganhar de dentes” dos que estão sendo vencidos. Aliás, em recente reunião da Executiva, quase na véspera do gabinete do Senador Sarney admitir que deflagraria o procedimento de consulta para a votação do Conselho, era justamente um “impressionado” Paulino propunha que a Fenaj admitisse não ser mais possível a instalação do Conselho.

É preciso que percebamos o alcance da estratégia até aqui utilizada. Não é uma estratégia errada que está produzindo as resistências. Ao contrário do que Paulino tenta demonstrar, é uma estratégia certa que está, paulatinamente, uma a uma, derrubando as tremendas resistências que se opõem à visibilidade pública que o Conselho de Comunicação Social dará às questões da comunicação no país. Estamos vencendo séculos de corporativismo, patrimonialismo e cartorialismo que perpassam os negócios públicos e privados no país.

Paulino também enfatiza o medo de “correr o risco de ficar fora” do Conselho. Ouvi de Paulino, ao tratarmos deste assunto, a idéia de que devemos entrar no Conselho “a qualquer preço”.

Ora, é óbvio que há determinado preço que não nos interessa pagar para entrar no Conselho. Só que aceita a degeneração dos meios pelos fins pode admitir algo semelhante. Para ser mais direto: dependendo do perfil do Conselho, a Fenaj não deverá entrar nele. E mais do que isto, caso o Congresso impeça uma representação autônoma da sociedade, como sugere a Lei 8.389, defendo que a Fenaj não apenas deixe de integrar o Conselho como passe a denunciar a fraude que foi montada.

Paulino sabe muito bem que é intenção de alguns parlamentares o uso fisiológico do Conselho, a ser utilizado inclusive para dar ocupação a ex-parlamentares e parentes e ex-parentes de parlamentares.

Por isto tudo, parece óbvio que não podemos simplesmente deixar as decisões “para o Congresso”. Temos que disputar, palmo a palmo, a definição do perfil e da composição do Conselho.

É claro que o Congresso é que tem o direito inalienável de escolher os nomes que integrarão o Conselho. Mas isto não significa que devamos “nos colocar entre parênteses”.

Para referir a situação interna da Fenaj, é evidente que o Paulino tem o direito de recorrer de qualquer posição da Fenaj, por mais absurdo que isto possa parecer.

Entendemos, portanto, que a posição proposta pelo Tesoureiro Paulino, de não assumir uma posição inequívoca quanto à nossa indicação para o Conselho, diante do Congresso, é uma atitude politicamente desastrosa, indigna, servil e de minoridade política da Fenaj e que desmente nossa defesa pública do estabelecimento de novas relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade.

A DEFESA DA "SUPERIORIDADE MORAL" DOS "IMORAIS"

O segundo pilar da proposta de Paulino é ainda mais frágil. Por entender que a nominata da composição do Conselho tem nomes que “não tem a menor qualificação, nem moral e nem intelectualmente”, Paulino que a Fenaj e o Fórum deveriam descomprometer-se com acordo, de defesa conjunta da nominata, e colaborar com o Congresso a prestar “o grande serviço” de rejeitar determinados nomes.

Em primeiro lugar, não creio que os nomes apresentados pelo empresariado sejam tão “intelectualmente inferiores” aos nossos, afinal, são estes que estão “dando as cartas” na estruturação dos sistemas de comunicação do país há algumas décadas. Caso os consideremos “intelectualmente inferiores”, o que dizer de nós que, igualmente, há algumas décadas estamos “correndo atrás da máquina” e só há muito pouco tempo começamos a alcançar algumas vitórias e obter um certo equilíbrio em algumas disputas. Esta condição de achar que nós somos “os inteligentes”, aliás, já nos trouxe muitos prejuízos. A realidade

dos fatos mostra que temos estamos muito aquém dos quadros que o empresariado tem colocado para atuar.

Em segundo lugar, quanto à “estatura moral” dos indicados pelo empresariado, vale dizer que quem está propondo o rompimento de acordo não são eles. Ao contrário, até agora, nesta fase da disputa, mesmo sem manifestar vontade de implantar o Conselho, o empresariado está cumprindo os acordos. E isto coloca a posição de Paulino numa contradição insolúvel: rebaixa-se moralmente para tentar eliminar os que ele próprio define como “ímorais”. A Fenaj, obviamente, não pode se expor ao vexame de assumir uma posição destas.

Nossa posição “conseqüente e sensata” e defender o acordo, e fazer com que todos sustentem os nomes apresentados por cada uma das entidades.

O PROJETO DE EXCLUSÃO

Os argumentos utilizados por Paulino são tão rudimentares e contraditórios para um dirigente nacional dos jornalistas e professor universitário que, temos que convir, não carregam a pretensão de revelar um estrategista. Carregam, isto sim, uma intencionalidade que Paulino só teve a coragem de admitir na reunião da Executiva (aliás, a incontinência verbal do Tesoureiro Paulino não é muito apropriada para um dirigente político que pretende fazer manobras tão audaciosas): Paulino empenhou-se numa cruzada para tirar as “tribunas” deste signatário, por estar inconformado com suas idéias. Neste objetivo, postase como um instrumento do “grupo palaciano” que parece resolvido a eliminar a oposição.

Paulino ressalta o cuidado em não se apostar “todas as fixas (*sic*) num único nome”, insiste que “nunca se deve apostar todas as fichas num único ‘competidor’, por mais fogoso e favorito que ele seja”. Tem uma bola de cristal ou informações muito quentes para confirmar que a nominata que vinhamos defendendo “está definitivamente descartada” e que a apresentação de uma chapa de consenso é uma “tentativa que fracassou”. E finaliza com um lance que talvez autoconsidere brilhante: esqueçamos os nomes do segmento profissional e nos concentremos nos nomes da sociedade civil: “A única disputa que nos interessa é em torno dos cinco nomes avulsos que representarão a sociedade civil”. Só tem sentido manter o acordo que garanta o apoio unânime a personalidades aceitras tanto pelos

empresários como pelas entidades profissionais. Esse acordo deve ser preservado pela Fenaj e pelo Fórum”.

Aí Paulino se entrega infantilmente. Depois de dizer que está tudo estourado, inviabilizado, etc., Paulino revela que metade do acordo (o do segmento da sociedade civil) deve valer. Isto é, só não deve valer o acordo do segmento profissional. Ora, professor Paulino, depois de superestimar o Congresso, subestimar o empresariado, vens agora subestimar os próprio companheiros? A finalidade de Paulino – e do “grupo palaciano” – aí se revela cristalina: quer diluir os compromissos da Fenaj numa lista sêxtupla para que possam ser privilegiados, nas articulações políticas, o titular e o suplente que interessam ao “grupo palaciano”. Isto prova, finalmente, que o Tesoureiro Paulino não é atrapalhado, mau leitor da conjuntura e intempestivo e não quer praticar a sandice de entregar a decisão ao Congresso. Paulino, isto sim, é “esperto” e só quer gerar margem de manobra para a prevalência dos interesses do “grupo palaciano”.

Este episódio todo seria cômico se não tivesse um componente trágico: atuando numa mesma diretoria, há companheiros que se dispõem a cumprir um papel destes, gastando energia, recursos, tempo. E obrigam a que outros companheiros também gastem energia, recursos e tempo com a a polêmica.

Caso o Tesoureiro Paulino – que parece, sem motivo, ter vergonha das suas funções, pois costuma apresentar-se como “membro da Executiva”– gastasse tanto tempo e energia com as finanças da Fenaj, certamente não teríamos a Fenaj atrasando o pagamento dos seus compromissos, como está fazendo hoje. A propósito, entendo que qualquer assunto da Fenaj deve ser objeto de interesse de qualquer diretor. Mas não parece prudente que companheiros priorizem assuntos da área dos outros enquanto não conseguiram resolver os problemas da sua esfera de responsabilidade. É uma questão de prioridade, responsabilidade e coerência.

AS RESSALVAS AO RELATO HISTÓRICO

Na fundamentação das suas propostas, o Tesoureiro Paulino fez um longo histórico da disputa do Conselho. Há alguns equívocos e imprecisões, neste registro, que merecem

reparos. Estas ressalvas são importantes porque talvez ajudem a explicar muitos dos problemas persistentes até hoje.

Ao contrário do que Paulino parece sugerir, a proposta de criação do Conselho não foi proposta originária da Fenaj, mas sim da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, ativa entre 1984/85, tendo sido criada por iniciativa do Curso do Jornalismo da UFSC, num movimento que o signatário teve a honra de participar, em conjunto com outro atual diretor da Fenaj, Sérgio Murilo, que na época ainda era estudante. As propostas de criação desta Frente remontam a 1980.

Na época, é bom lembrar, a Fenaj "puxava para trás" este movimento, sendo lida a reboque das posições mais progressistas.

Na Constituinte, diferentemente do que afirma Paulino, não houve "solução de compromisso" para inclusão do Conselho no texto da Constituição. Na verdade, não houve sequer negociação em torno do texto da Constituição. Por delegação da Fenaj, fui encarregado de coordenar as posições da Fenaj com as dos artistas e cineastas que, em 1988, lá estavam tentando abrir o processo de negociação. É claro que tivemos parlamentares que verbalizaram e levaram, formalmente, nossas propostas para a mesa de parlamentares que elaboravam o texto da Constituição. Mas não conseguimos nenhum parlamentar que bancasse a negociação e isto, sem dúvida, estava relacionado com a estreiteza, o sectarismo e a falta de sentido estratégico das nossas posições.

Na época, tive a oportunidade de percorrer o Brasil inteiro (só três estados não foram visitados) na campanha pela emenda popular da Fenaj, que conseguiu recolher cerca de 32 mil assinaturas (2 mil a mais do que o mínimo necessário) enquanto uma outra emenda, a favor da censura, apresentada pela Associação Nacional dos Censores e pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, reuniu mais do que o dobro do número de assinaturas que, a duras penas, conseguimos recolher.

Na época, em diversos momentos, tive a certeza de que rumávamos para um desastre, que acabou acontecendo, com o texto constitucional sendo definido, sem negociação e refletindo exclusivamente os interesses empresariais. Mas, nesta época, fazíamos o que sabíamos e conseguimos fazer. Foram estas lições, duramente aprendidas,

que nos levaram a empreender, a partir de 1990, o esforço que levou à construção do Fórum e de uma experiência de luta pela democratização da comunicação que rompesse com as concepções e práticas esclerosadas e que se mostravam incapazes de fazer avançar o processo social e, tampouco, eram potentes para impulsionar as transformações revolucionárias que necessitamos na área das comunicações.

Paulino fala com muita saudade do Senador Pompeu de Souza. Não se Paulino conheceu ou tinha intimidade com Pompeu que, de fato, era combativo, mas não teve intimidade nem articulação alguma na tramitação do seu projeto (um dos cinco que tramitavam no Congresso), o que explica o seu atolamento por três anos na Câmara. Tanto é que a Lei 8.389 pouco tem a ver com o texto do senador Pompeu. A aprovação do projeto do senador Pompeu no Senado, foi importante, mas o tom intimista adotado por Paulino pode sugerir algo, que não houve, nem da parte da Fenaj e nem da parte do senador Pompeu.

Ao contrário do que disse Paulino, não houveram "exaustivas negociações com os empresários do setor", para a regulamentação do Conselho, através da Lei 8.389. O que houve foi uma ação fulminante, com uma abertura de interlocução com a Abert, na tarde do dia X, aliás, por proposta do signatário desta, e uma rápida reunião de negociação sobre o texto, no dia seguinte, no gabinete do então deputado Antônio Britto, que durou menos de duas horas.

Paulino deixa passar despercebido que a introdução do tema Conselho na Lei 8.977, a Li da TV a Cabo, que segundo ele voltou a dar "relevância para o assunto", é resultado de uma conquista. Esta amarração entre a Lei da TV a Cabo e o Conselho não caiu do céu. Foi um resultado da negociação que a Fenaj, representada pelo signatário, perseguiu tenazmente, inclusive tendo que enfrentar o descaso, pela posição, de outras entidades do Fórum envolvidas na negociação. Sempre apresentamos, abertamente, ao empresariado, que esta "amarração" tinha a finalidade de arrastar a instalação do Conselho.

A estratégia concebida pela Fenaj permitiu a criação de um constrangimento sobre o Congresso e sobre segmentos do empresariado, através da ameaça de ações políticas e jurídicas.

Estamos falando, portanto, de uma luta que dura quinze anos, incluindo experiências que Paulino não viveu e que, portanto, não são alcançados pela memória. É assim que, conhecer "de ouvir falar" pode gerar incompreensões, ou compreensões incompletas.

Paulino referiu-se às resistências no Congresso à implantação do Conselho. Deixou de referir às resistências existentes no empresariado de comunicação, deixou de referir à oposição existe no Executivo e também não falou nas fortes reações enfrentadas junto a setores do Fórum que queriam tirar da pauta a luta pelo Conselho. É a despeito disto que estamos na iminência de implantar o Conselho. Não podemos, portanto, recomendar para a Fenaj, posições que desconhecem a trajetória da luta e se escoram em "espertezas" de última hora e em oportunismos de ocasião.

Não cerio que finalmente que haja convicção do Paulino na defesa de posições tão inconsistentes. No fundo Paulino, que é professor universitário, sabe da fragilidade dos seus argumentos. O que não se pode esconder é a intencionalidade que está por trás destas propostas e que deixam dúvidas preocupantes.

Um exemplo: a Fenaj, seguindo uma política do Fórum, gestinou junto à Secretaria da Mesa no Senado sobre os procedimentos para a convocação de indicações para o Conselho. Como o signatário não pode deslocar-se a Brasília e o presidente da Fenaj não estaria naquela cidade, as gestões foram efetuadas por Paulino. Na véspera do contato, liguei para Paulino e dei, em nome do Fórum, a recomendação de que fosse enfatizada a necessidade de se assegurar, aos proponentes, o direito elementar de apresentar chapas. Esta foi a única recomendação feita. O procedimento definido pelo Congresso nem assegurou este direito e nem o impediu, mas criou uma situação que favorece a manobra de Paulino, de indicar vários nomes.

Não tenho constrangimento em perguntar se Paulino, que não mostra compromisso com a estratégia adotada pela Fenaj e pelo Fórum, foi suficientemente enfático para a defesa da posição da Fenaj e do Fórum? Será que a reivindicação do Fórum e da Fenaj foi transmitida com clareza? Não estou afirmando ou insinuando que Paulino adotou esta atitude. Estou afirmando que, infelizmente, a dúvida existe. E que o surgimento deste tipo de dúvida evidencia uma quadro de esfacelamento das relações de confiança como há muito

não se via na Fenaj. É importante que repensemos nossas relações políticas e pessoais porque se há dúvidas se as posições e os interesses pessoais estão usurpando as posições do coletivo, estão temos instaladas relações doentias e estamos caindo na vala comum do sindicalismo e suas intrigas, processos de sabotagens e ruptura do tecido social que deveria nos dar integridade.

O PROBLEMA DAS CONDUTAS

A experiência do Fórum Nacional pela Democratização gerou algumas orientações valiosas para a condução da luta política. Uma delas, diz que a luta pela democratização da Comunicação é um processo permanente, recorrente ao desenvolvimento da tecnologia, da correlação de forças e dos fatos sociais. Neste sentido, a luta pela democratização da comunicação é algo que deve ser entendido como uma atitude permanente da sociedade. Deduz-se daí que a conduta é tão importante quanto o programa. Isto é, já que temos a certeza de que nenhum ponto programático, ou mesmo nenhum programa vai esgotar as tarefas da democratização da comunicação, é necessário que nosso esforço seja o de estabelecer práticas e relações democráticas no curso da própria luta. Não vamos deixar a construção destas novas relações e práticas para um suposto "momento mágico" que decorreria a um suposto "momento da vitória". Ao contrário, a democratização - e conseqüentemente, a humanização - das relações e práticas "é para o aqui e agora".

Até aqui, acreditamos não ter feito extrapolações e cometido excessos na qualificação da conduta do "grupo palaciano" e do próprio Paulino. Procuramos nos ater a fatos e situações bem delimitadas, que não implicam em um juízo global sobre as pessoas envolvidas.

Não vamos nos abster, assim, de emitir um juízo', além das posições políticas, sobre a conduta pessoal do companheiro Paulino Motter. Em primeiro lugar porque este - ainda - não é um debate público, mas interno à Fenaj e comporta uma "lavagem de roupa suja. Em segundo lugar, porque o relacionamento pessoal e as atitudes respeitadas que devem marcar relações saudáveis e construtivas, são aspectos decisivos para o sucesso de uma instituição que envolva trabalho coletivo.

Paulino Motter está na diretoria da Fenaj por apresentar virtudes. É esforçado, cumpridor de tarefas e bastante ativo. No final da gestão passada, cresceu muito, ocupando espaços numa diretoria que começava a se esvaziar. Ajudou a dar ritmo no trabalho em Brasília. Mas Paulino também tem demonstrado uma intempestividade que não é apropriada para um dirigente de uma entidade nacional com o porte e a representatividade da Fenaj.

Paulino não demonstra autocontrole e tem uma facilidade para resvalar para o terreno da ofensa pessoal e um sectarismo nas posições que está em situações cada vez mais difíceis. Muitas vezes, acaba admitindo que se excedeu, mas as atitudes se sucedem e se repetem continuamente numa sequência exasperante.

Há algumas semanas atrás, por exemplo, numa reunião com diversos deputados, para tratar da Lei de Imprensa, com a presença do presidente da Fenaj e deste signatário, como Coordenador Geral do Fórum, de forma extemporânea, e sem qualquer necessidade no contexto da temática discutida, Paulino começou a tecer críticas à Lei da TV a Cabo. Externou posições - na nossa avaliação infundadas - que não são as posições nem do Fórum e nem da Fenaj. O seu objetivo era desgastar o Coordenador Geral do Fórum. E seu gesto motivou, como não poderia deixar de ser, uma declaração do signatário, para encerrar o assunto naquela reunião, de que aquelas não eram as posições da Fenaj. É evidente que este tipo de atitude tem decorrências negativas para a Fenaj.

Paulino tem o direito de reabrir qualquer debate no interior da Fenaj. Mas não pode valer-se deste tipo de expediente para se projetar. Isto é predatório e tem efeito desagregador sobre o grupo.

Estamos hoje cumprindo um papel na disputa da orientação e desenvolvimento nos sistemas de comunicação no país que está a exigir de nós firmeza e radicalidade, mas também consistência e maturidade.

Até as expressões usadas comumente por Paulino revelam um sectarismo incompatível com a consistência que nos está sendo exigida. Vejamos o texto em questão. Lá encontramos Paulino dizendo "divirjo integralmente", "não passou e não vai passar",

"insistir é inviabilizar", "definitivamente descartada", "absolutamente equivocada" e por aí afora.

Esta vocação para as declarações absolutas, constatações de irreversibilidade e de situações definitivas é própria de um discurso religioso. Em política, meu caro Paulino, professor do Curso de Ciência Política da UnB, nada é definitivo, deves saber bem disso, quando estás pensando a realidade e não apenas mostrando uma afoiteza adolescente na busca do alcance de objetivos políticos, com gestos próprios de quem persegue fins que justificam os meios.

O cuidado com que Paulino elabora insinuações maldosas é também algo que fica cada vez mais difícil de suportar. Tomemos como exemplo o texto das suas proposta. Em determinado momento, revela, em tom de denúncia, que “o acordo firmado entre o o Fórum e o empresariado de comunicação no dia 21 de junho de 1995, foi na verdade uma reunião na qual praticamente só estavam presentes os próprios indicados pelas suas respectivas entidades. (Fui uma das poucas exceções, na qualidade de representante\ da Fenaj)”. Depois de dar esta informação que, certamente muito se perguntarão “para que serve?”, Paulino se desculpa esclarecendo que “não quero dizer com isso que não foi um acordo legítimo e sem, representatividade – até porque todos os indicados integram a direção de suas entidades”. Mas a insinuação ficou lá. E se Paulino não quer questionar a representatividade, quis dizer o quê com esta informação? Quis insinuar que tratava-se de uma reunião em que os interesses pessoais prevaleciam sobre os interesses das entidades? Mas que entidades incompetentes que designam pessoas tão oportunistas para tratar deste tipo e assunto? Acaso Paulino queria pureza total na representação das entidades? Quem sabe não seria adequado fazer as entidades serem representadas pelas mães dos seu dirigentes? Ou, melhor ainda, por uma convenção de anjos da guarda destes dirigentes? Ora, convenhamos, Tesoureiro Paulino, essa impulsividade para ser ferino, que ainda estamos conseguindo rebater com bom humor, está chegando no limite.

O conselho que, fraternalmente ,podemos dar ao companheiro Paulino é que aprenda a se controlar, se quiser ter uma convivência saudável com outros companheiros e mesmo uma atitude digna, diante de oponentes.

Um pouco de humildade e de respeito com pessoas que viveram mais experiências, mesmo que não concordemos com elas, não é demais. Comportar-se com mais equilíbrio, deixar para trás atitudes de "guri" mimado também são recomendações procedentes. Falando cruamente, a pessoa se expõe e expõe a Fenaj quando adota um comportamento de "franguinho" inexperiente, de "garnizé histérico" para entrar na rinha de galo.

Chegamos a um limite de relações baseadas no "alisar de cabeças" depois dos erros cometidos. Está na hora de cobrarmos responsabilidade.

Afinal, é bom lembrar que ao longo das duas últimas gestões, não tivemos, no seio da diretoria e no ambiente integrado pelos que se agregaram intensamente ao trabalho, nenhum problema político ou pessoal sério. Durante seis anos as diferenças políticas foram, resolvidas com serenidade, sem que ninguém fosse estigmatizado ou tivesse que abrir mão de suas posições. Também no plano pessoal a convivência foi saudável, respeitosa e cooperativa.

Nesta gestão, com alguns meses, já temos sérios problemas pessoais e políticos. Está na hora de indagarmos sobre a origem e a natureza destes problemas. Está na hora de perguntarmos se as atitudes que estão gerando estes problemas são desvios de conduta que podem ser corrigidos, ou se a disposição de causá-los tem uma intencionalidade excludente e desagregadora. Falando cruamente, mais uma vez: se a intenção é produzir uma ruptura política na diretoria, não se pense que a intimidação é um recurso eficiente, pelo menos para boa parte das pessoas que compõem esta diretoria.

É preciso que as pessoas integrantes da diretoria se posicionem. Da minha parte, gostaria de que conseguíssemos restabelecer as condições favoráveis para o trabalho coletivo verificado nas últimas duas gestões, para referir apenas as que tive envolvimento mais intenso. Caso esteja sendo buscada a ruptura, entretanto, é um dever de lealdade para com a categoria e de dignificação do mandato, que isto seja explicitado. Um trabalho como o que está sendo feito hoje pelo Fenaj não se suportará, temos convicção disso, em uma diretoria fragmentada em facções, com indivíduos empenhados em "jogar bola nas costas" e "espalhar cascas de banana".

Sendo muito claro: arroubos de adolescente e primarismo político não combinam com o papel que a Fenaj está se dispondo a cumprir. Ou corrigimos isto agora, ou arquem os com as conseqüências que advirão.

Porto Alegre, 16 de outubro de 1995.

Daniel Herz
Diretor de Relações Institucionais